Designação dos órgãos sociais para o mandato de 2000-2002:

Direcção — presidente — engenheiro Ângelo Ludgero da Silva Marques, casado, residente na Travessa 1, 11, Riomeão, Santa Maria da Feira, em representação da Associação Empresarial de Portugal (AEP); vice-presidentes: engenheiro António Fernando Couto dos Santos, residente na Rua de Pedro Homem de Melo, 452, 3.º, esquerdo, Porto, e Álvaro Pinho da Costa Leite, residente na Casa Mourio, São Pedro de Castelões, Vale de Cambra, ambos casados e em representação da AEP; vogais: Joaquim Dias Cardoso, residente na Rua de Enxoumil, 560, Miramar, Arcozelo, Vila Nova de Gaia, em representação da Associação Nacional dos Industriais de Vestuário e Confecção; Rui Fernando dos Santos Viana, residente na Rua do Padre António Vieira, 28-A, 2.º, direito, Coimbra, em representação da Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas do Norte; engenheiro Horácio Pina Prata, residente na Avenida de Sá da Bandeira, 90 e 92, Coimbra, em representação da Associação Comercial e Industrial de Coimbra; Dr. José João Soares Miranda Coelho, residente na Rua de João Penha, 38, 1.º, direito, Póvoa de Varzim, em representação da AEP; engenheiro António Gil Cabral Ribeiro de Figueiredo, residente na Rua de Duarte Barbosa, 368, 6.º, direito, Porto, em representação da AEP, e engenheiro Jorge Pedro Moreira Renda dos Reis, residente na Rua de João de Deus, 29, Viana do Castelo, em representação da AEP, todos casados;

Conselho fiscal — presidente — engenheiro Vergílio Folhadela Moreira, casado, em representação da Associação Comercial do Porto; vogais: Dr. António Joaquim Almeida Henriques, em representação da Associação Industrial da Região de Viseu, e engenheiro Domingos Madeira Pinto, em representação da Associação Comercial e Industrial de Vila Real, ambos casados.

Data: 14 de Fevereiro de 2000.

Alteração parcial dos estatutos:

Artigo alterado: 1.º («Denominação»).

Conferida, está conforme o original.

17 de Maio de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*.

2003826165

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Anúncio (extracto) n.º 4994/2007

Certifico que, por escritura de 29 de Maio de 2007, no Cartório a cargo da notária Maria Isabel Rito Buco, lavrada de fl. 130 a fl. 132 do livro de notas para escrituras diversas n.º 112 deste Cartório, foram alterados os estatutos da Fundação em epígrafe, no sentido de aditar, rectificar e alterar os estatutos da referida fundação nos termos seguintes:

1) Que o instituidor atribuiu à Fundação, como património inicial destinado à realização dos seus fins, a quantia de 1 milhão de euros;

2) Altera os referidos estatutos, eliminando o n.º 2 do artigo 10.º, passando o seu n.º 1 a ser o corpo do artigo, e o n.º 2 do artigo 14.º, passando o n.º 1 a ser o corpo do artigo, e altera o n.º 2 do artigo 3.º, os n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, o n.º 2 do artigo 5.º, os n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º e o n.º 1 do artigo 11.º, os quais passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

2 — Além dos casos previstos na lei, a Fundação pode ainda extinguir-se, mediante proposta do conselho de administração, submetida à autoridade competente para o reconhecimento, quando ocorram circunstâncias que aconselhem a realização dos seus fins por outra forma, julgada mais adequada à vontade do instituído, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 4.º

A Fundação tem por objecto promover, no quadro da Universidade Católica Portuguesa e em articulação com ela, o desenvolvimento de projectos de interesse social na área do ensino superior, nomeadamente a formação permanente dos docentes, a investigação científica pura e aplicada, a cooperação com os países de língua oficial portuguesa, o apoio a estudantes, a edição de publicações e a divulgação ou debate de temas científicos, competindo-lhe para isso:

- a) Celebrar protocolos de cooperação com instituições do ensino superior, nacionais ou estrangeiras;
- b) Atribuir dotações financeiras anuais ou plurianuais para apoio de cursos e programas de ensino;
- c) Comparticipar nos custos de projectos específicos de estudo e investigação;
- d) Atribuir financiamentos para a realização de conferências, colóquios, seminários e congressos;

e) Conceder bolsas de estudo a estudantes, premiando a excelência e apoiando os mais necessitados, e bolsas de investigação a professores;

f) Prestar apoio a acções de formação profissional e científica de docentes e investigadores;

g) Promover ou apoiar a edição de publicações institucionais, culturais e científicas.

Artigo 5.º

2 — O conselho de administração, com o parecer favorável do conselho de curadores, poderá instituir comissões ou grupos de trabalho de natureza técnica ou consultiva, que julgue adequados para o bom funcionamento da Fundação, e aprovará os respectivos regulamentos.

Artigo 6.º

1 — O conselho de administração é composto pelo reitor, que preside, e pelos vice-reitores e presidentes dos centros regionais da Universidade Católica Portuguesa, podendo ainda incluir até outros dois administradores cooptados pelos primeiros.

3 — O conselho de administração pode delegar as suas competências em qualquer dos seus membros e atribuir pelouros específicos aos administradores cooptados, entendendo-se que a atribuição de um pelouro envolve a delegação dos poderes necessários à respectiva gestão, com excepção dos que forem reservados pelo conselho.

Artigo 11.º

1 — A fundação pode, no âmbito das suas atribuições, associar-se a outras entidades, sem fins lucrativos, e participar na instituição de outras fundações.»

Em tudo o mais se mantém o constante da referida escritura. Está conforme.

29 de Maio de 2007. — A Funcionária, *Ana Cristina da Costa Gouveia Coelho Pires*.

2611033706

GRAN CLASS — INVESTIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS, L.ª

Anúncio n.º 4995/2007

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 15 386/20020918; identificação de pessoa colectiva n.º 505761602; inscrições n.ºs 2 e 5; números e data das apresentações: 09 e 12/20030519.

Certifico que o capital foi elevado à cifra de € 7000, após reforço com € 2000, e que o contrato foi alterado quanto aos artigos 3.º e 4.º e corpo do artigo 1.º, que passam a ter a seguinte redacção:

«1.º

1 — A sociedade tem a firma Gran Class — Investimentos Turísticos e Hoteleiros, L.ª, e a sua sede é na Rua do Padre Costa, 348, 1.º, sala 18, freguesia de São Mamede de Infesta, concelho de Matosinhos.

2 —

3.º

1 — O capital social, em dinheiro, é de € 7000 e corresponde à soma de seis quotas, duas do valor nominal de € 2275, pertencentes uma a cada um dos sócios Guillermo Gonzalez Costal e Maria Beatriz Roo Cordeiro, três do valor nominal de € 700, pertencentes uma a cada um dos sócios José Manuel Hermida Pontevedra, Valentim Eduardo Gonzalez Dacal e Emilio Alonso Camba, e uma do valor nominal de € 350, pertencente ao sócio Manuel Óscar Rodriguez Lopez.

2 —

4.º

1 — A sociedade é administrada e representada por ...

2 — Ficam desde já designados gerentes Guillermo Gonzalez Costal, Manuel Rodriguez Janeiro e José Abel Mecias.

3 — Para vincular a sociedade, em todos os seus actos e contratos, é necessária a assinatura conjunta de dois gerentes.

4 —

a)

b)

c)

Que não é exigida pela lei, pelo contrato ou por qualquer outra deliberação social a realização de quaisquer outras entradas.»

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

26 de Maio de 2003. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Pires*.
2002182019

GRUPO RECREATIVO DE VINHÓ

Anúncio (extracto) n.º 4996/2007

Certifico que, por escritura lavrada hoje no Cartório Notarial de Arganil, a cargo da notária Filipa Maria Marques de Azevedo Maia, iniciada a fl. 109 do livro de notas para escrituras diversas n.º 11-E, foi constituída a associação em epígrafe, sem fins lucrativos, com sede no lugar de Vinhó, freguesia de Vila Cova do Alva, concelho de Arganil, que tem por fim o desenvolvimento de acções de carácter social, recreativo e cultural, com vista à melhoria das condições de vida da população de Vinhó.

Os órgãos da associação são a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Constituem receitas da associação a jóia e quotas dos associados, cujos montantes serão fixados pela assembleia geral, e quaisquer donativos ou subsídios que lhe sejam atribuídos.

Está conforme.

31 de Maio de 2006. — A Notária, *Filipa Maria Marques de Azevedo Maia*.
3000207298

I. F. O. S. E. — INSTITUTO DE FORMAÇÃO OSTEOPÁTICA SUL EUROPA

Anúncio (extracto) n.º 4997/2007

Certifico que, por escritura de 10 de Novembro de 2005, lavrada a fl. 28 do respectivo livro n.º 13 de notas para escrituras diversas do Cartório Notarial de Estremoz, da notária Maria da Conceição Garcia Tavares Correia, foi constituída a associação denominada I. F. O. S. E. — Instituto de Formação Osteopática Sul Europa, pessoa colectiva n.º P 507456408, com sede na Rua das Casas Novas, 10, na freguesia de Matriz, na vila do concelho de Borba, cujo objecto é a formação osteopática e naturopática e divulgação das mesmas.

Os associados têm direito a participar nas assembleias gerais, ser eleitos para todos os órgãos sociais nas condições estabelecidas nestes estatutos e participar em geral em todas as iniciativas da associação.

Os associados têm o dever de contribuir de todas as formas para a realização dos objectivos estatutários de acordo com as directivas dos órgãos da associação e dos regulamentos por eles aprovados; contribuir para a manutenção da associação mediante o pagamento de uma jóia de admissão e de quotas periódicas e extraordinárias que podem ser alteradas pela direcção e que neste momento são: jóia, € 150, e quota anual, € 100, para as pessoas colectivas e € 100 de jóia e € 60 de quota para as pessoas individuais; desempenhar as missões que lhe forem confiadas pelos órgãos competentes da associação ou por delegação destes; exercer os cargos para que tenham sido eleitos pela assembleia geral ou nomeados por qualquer outro órgão competente.

O associado que faltar regularmente ao pagamento da quota periódica será suspenso do gozo dos seus direitos estatutários por deliberação da direcção.

Perdem a qualidade de associados aqueles que deixem de cumprir os deveres estatutários ou que de qualquer modo lesem gravemente o bom nome ou os interesses do Instituto.

A perda da qualidade de associado torna-se efectiva desde o momento em que a direcção delibere a exclusão, caso não haja recurso.

Da deliberação prevista no número anterior cabe recurso com efeito suspensivo a interpor pelo interessado no prazo de oito dias, a contar da notificação, para a assembleia geral.

Está conforme.

10 de Novembro de 2005. — A Notária, *Maria da Conceição Garcia Tavares Correia*.
3000186638

INCUBADORA DO VALE DO SOUSA, ASSOCIAÇÃO

Anúncio (extracto) n.º 4998/2007

Certifico, narrativamente, que, por escritura iniciada a fl. 9 do respectivo livro n.º 713-D, de escrituras diversas do Cartório Notarial de Penafiel, a cargo da notária licenciada Maria Magarida Oliveira

da Rocha Morgado de Sousa, foi constituída uma associação, sem fins lucrativos, com a denominação em epígrafe, com sede no Centro de Empresas e Inovação, na Zona Industrial n.º 2, da freguesia de Bustelo, concelho de Penafiel, cujo objecto consiste na incubação de ideias e empresas de base tecnológica.

Podem ser associados as pessoas singulares ou colectivas que, em razão das suas competências específicas, áreas de actividade e objectivos, possam dar um contributo relevante para a prossecução dos fins da associação.

Haverá três categorias de associados: associados fundadores, associados ordinários e associados beneméritos ou honorários.

Os associados ficam obrigados ao pagamento de uma entrada inicial de valor igual a uma ou mais unidades de participação.

O valor de cada unidade de participação é de € 1000, podendo ser actualizado por deliberação da assembleia geral, sob proposta da direcção.

São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Os membros da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal são eleitos pela assembleia geral para o desempenho de mandatos com duração de três anos.

A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e dois secretários.

A assembleia geral reúne ordinariamente duas vezes por ano: uma para discutir e votar o relatório e contas da direcção e respectivo parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício do ano anterior; outra para discutir e votar o plano de actividades e orçamento anuais.

A direcção é constituída por um número ímpar de membros, três ou cinco, dos quais o presidente resultará sempre da indicação da associada fundadora FiloMarketing, L.^{da}

A direcção reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocada pelo presidente, por sua iniciativa, ou a pedido da maioria dos seus membros.

O conselho fiscal é composto por três membros, um dos quais deverá ser um revisor oficial de contas, funcionando como presidente.

Está conforme o original, e a parte omitida não amplia, restringe, modifica ou condiciona a parte transcrita.

26 de Maio de 2006. — O Ajudante, *Carlos Alberto da Costa Magalhães*.
3000207043

KIB — KARTING INVESTIMENTOS DE BRAGA, S. A.

Anúncio n.º 4999/2007

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 03702/19920707; identificação de pessoa colectiva n.º 502819987; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 04/20050727.

Certifico que foi registada a designação dos órgãos sociais para o triénio de 2005-2007:

Conselho de administração:

Álvaro Augusto Dias de Miranda, presidente, residência/sede na Rua do Comendador Santos da Cunha, 348, 4700-026 Braga;

António de Deus Barbosa Ferreira, vogal, residência/sede no lugar da Gandra, 94, Ferreiros, Braga;

Filipe Nuno Alves de Miranda, vogal, residência/sede na Rua do Prof. Doutor Carlos Loyde de Braga, 5, 4.º, esquerdo, Nogueiró, Braga.

Fiscal único:

Gaspar Castro & Romeu Silva, representado por Gaspar Vieira de Castro, ROC n.º 557, efectivo, SROC n.º 153, residência/sede no Edifício Parque das Hortas, 220, fracções M e N, Guimarães.

Romeu José Fernandes da Silva, suplente, ROC n.º 812, residência/sede na Urbanização da Gandra, 38, Silvares, Guimarães.

Está conforme o original.

4 de Agosto de 2005. — A Escriturária Superior, *Maria do Sameiro do Nascimento Gonçalves*.
2001674821

LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE ESPINHO

Anúncio (extracto) n.º 5000/2007

Certifico que, por escritura de 3 de Julho de 2007, exarada a fl. 37 do livro de notas para escrituras diversas n.º 44-P do Cartório Notarial de Espinho, a cargo da notária Paula Cristina Silva Leite, foram alterados os estatutos da associação com a denominação em epígrafe, anteriormente Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Espinho,